

Ao décimo segundo dia do mês de julho de 2021, ocorreu presencialmente a reunião acerca da criação de um Parque Marinho no entorno do Parque Estadual Ilha Anchieta (PEIA) com representantes da Fundação Florestal (FF) e pescadores do Saco da Ribeira, Ubatuba. A reunião teve início às 10:35, na área externa do escritório do Píer do Saco da Ribeira. A relação dos presentes está registrada em lista de presença, passada ao decorrer da reunião. Diego (FF) faz uma fala inicial, apresenta a equipe e expõe que, em respeito ao processo participativo da Área de Proteção Ambiental Marinha do Litoral Norte (APAMLN), veio apresentar o projeto do entorno do Parque Estadual Ilha Anchieta (PEIA) para que possam ouvir as pontuações do setor. Destaca que a FF não irá fazer este projeto no “atropelo”, que querem expor os benefícios e não gerar informações falsas. Aponta que o projeto não está pautado em aumentar restrições nem em retroceder nos acordos com o setor. Destaca que a FF não tem problemas com a pesca, que tudo o que acontece continuará acontecendo e que há possibilidades de melhorar as atividades. Rodrigo Victor (FF) se apresenta e expõe que o objetivo da reunião é esclarecer e informar. Declara que a FF não veio para colocar obstáculos e que este é um projeto de interesse coletivo, que não veio para interferir na vida dos pescadores, podendo até ajudar. Priscila (PEIA/FF) se apresenta, fala sobre o PEIA e das limitações na gestão do turismo. Diego inicia a apresentação e cita as oportunidades e a importância da área para a reprodução de peixes e cita a agenda da FF para o desenvolvimento sustentável do oceano. Priscila apresenta os paralelos com o PEIA e a possibilidade de aquisição de recursos. Pescador comenta sobre a Trilha da Restinga e que acreditava que o recurso vinha de algum empreendimento, da Atmosfera por exemplo, mas que compreendeu que veio de outros empreendimentos, da Petrobrás. Diego completa elucidando que são recursos que vem de empreendimentos com EIA/RIMA que podem ser acessados. Priscila apresenta a área de estudo, comenta sobre a dificuldade na governabilidade frente ao turismo, sobre a possibilidade de recursos e expõe que o intuito do projeto é facilitar esses processos de gestão. Jerry se apresenta como representante das confederações nacional e paulista de pescadores e da Colônia Z10. Expõe a problemática da passagem no território, assim como tem em Alcatrazes e na APAMLN. Destaca que querem a garantia de passagem livre e que não haja retrocessos. Comenta que até hoje não foi implementado o plano de manejo da APAMLN. Pescador destaca que é uma área de passagem e que fazem a passagem com material, expõe o receio de que agora a FF diz que não há problema, mas que daqui a um ano pode vir a proibição. Diz que não querem pescar na área, mas sim navegar. Priscila reforça que a intenção não é trazer a proibição do que hoje é permitido. Diego aponta que é necessário escrever isso e que é isso que está sendo feito neste momento, sugerindo utilizar o mesmo texto que caracteriza o ato tendente. Márcio (APAMLN/FF) expõe que a intenção é aproveitar e reproduzir os acordos feitos com o setor para o regramento e que o importante é não retroceder.

Rodrigo declara que será escrito no decreto de criação que não haverá restrição de tráfego na área, para que este direito seja garantido já no ato de criação, ao invés de deixar para as discussões do plano de manejo, no futuro. Lucas pede a fala e expõe que a principal preocupação deveria ser ouvir o setor, mais do que o contrário. Expõe sua preocupação como morador e representante da maricultura e aponta que a divulgação para a reunião foi muito fraca. Expõe que os moradores estão perdendo o pertencimento da terra e declara que a FF está trazendo algo que já está decidido e que os moradores estão chegando no final do processo. Expõe que o pertencimento é difícil, pois os processos de apropriação são massivos e vão além da Ilha Anchieta, pontuando que a solução que vem é privatizar. Menciona como a maricultura está ligada aos ODS e que a atividade já ocorre na Ilha Anchieta, na área de banho, destacando que isso precisa de manejo. Questiona por que não há mais o cerco, apontando que isso faz parte da cultura e está hoje sendo transformado em produto, se referindo a visitas. Pede que a FF mostre as contrapartidas para a sociedade, questionando como a equipe só conseguiu pensar em três (se referindo ao projeto de permissão de uso para o PEIA). Expõe que para a Ilha Anchieta todos os benefícios foram pensados para o turismo e não para a comunidade e isso faz todo mundo mudar suas atividades para o turismo de massa, sem pensar na cultura. Priscila responde que não é possível fazer uma grande divulgação devido à pandemia, mas que serão feitas quantas reuniões forem necessárias. Diego responde que em relação ao projeto de permissão está sendo feito um olhar o mais socioambiental possível para quebrar com esse olhar que já era direcionado para o PEIA, de venda. Destaca que isso foi feito com contrapartidas que incluem mecanismos de cadeia de valor de serviços de alimentação. Lucas expõe que as mudanças não tornam a experiência acessível e que o morador local fica sempre no lugar de servir. Destaca que não vai tentar impedir o processo, por ser impossível, mas que quer focar nas contrapartidas, questionando quais são estas e os benefícios para os moradores locais. Diego menciona que na criação é possível definir algum PSA e que para isso será preciso pactuar as regras, que não poderão ser descumpridas. Lucas menciona a sazonalidade da juçara, que não permitirá que esta regra seja cumprida, destacando que se o projeto ainda não estiver fechado ainda há necessidade de discussão (se referindo ao projeto de permissão). Questiona por que não há educação ambiental relacionada ao cerco flutuante e à maricultura. Expõe que hoje não é realizado nem o estudo na Ilha Anchieta, questionando o que será feito para valorizar a maricultura. Aponta que hoje existe o Instituto de Pesca, o Instituto Oceanográfico, a AMESP e que a Ilha Anchieta é um lugar muito bom para maricultura, mencionando que as próprias bóias são uma fazenda. Sugere que o produto da maricultura seja vendido para o restaurante. Márcio expõe que hoje a maior conquista sobre a perda da identidade é o turismo de base comunitária, algo que pode ser beneficiado e construído junto. Jerry aponta que deve haver



garantia que o pescador possa frequentar a Ilha Anchieta. Lucas aponta que é delicado mencionar o turismo em massa como atividade mais impactante, sendo que o ecoturismo é a atividade que leva as pessoas aos lugares mais sensíveis e que isso está sendo potencializado. Diego responde que a Ilha Anchieta tem capacidade para acomodar o ecoturismo com a valorização da cultura. Menciona que há uma demonstração de potencial socioeconômico, pautado pela pesquisa e que há necessidade de conversar e retomar a conversa. Aponta que para a retirada de recursos há restrições legais. Pelo avançar do horário, Diego se coloca à disposição para dialogar o quanto for necessário e encerra a reunião ao meio dia.